

A Educação Física no Ensino Médio Integrado do IFRN – Contribuições e percepções curriculares a partir do PTDEM

Mônica de Lima Pereira¹
Ilane Ferreira Cavalcante²

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. PPGEP/IFRN.
E-mail: monica_limap@hotmail.com

² Professora de Língua Portuguesa e do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional PPGEP/IFRN, e-mail: ilane.cavalcanti@ifrn.edu.br

RESUMO

O presente texto analisa o PTDEM (Proposta de trabalho para as disciplinas do Ensino Médio) da Educação Física (EF) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e que foi criado com o intuito de organizar e sistematizar o trabalho a ser desenvolvido nos cursos integrados e subsequentes sendo considerado um marco para a disciplina na instituição, que, no contexto da sua história, nas últimas décadas, esteve atrelada ao pressuposto “esporte de competição”. Constitui-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que relaciona a proposta curricular do PTDEM e o PPP (Projeto Político-Pedagógico) do IFRN e problematiza a educação, em especial, a EF, no contexto do trabalho e da concepção de formação humana integral, apoiado nas discussões de autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2006); Moura (2013), Gamboa (2001), entre outros, além de contextualizar com algumas práticas e experiências compartilhadas pelos professores com base em Batista et al (2016). O texto é desenvolvido a partir das questões: O PTDEM está em consonância com os princípios propostos pelo PPP da instituição, pensando nos pressupostos de formação humana integral e trabalho como princípio educativo? A análise dos documentos e literatura apontam que o PTDEM foi criado com o objetivo de alinhar-se ao discurso de formação humana integral defendido pelo PPP da instituição, aponta ainda que o PTDEM tem sido usado como referência quando analisamos algumas experiências compartilhadas pelos professores, e que, embora não deva ser utilizado como um manual, haja vista as peculiaridades e particularidades de cada região do Estado, ele apresenta uma proposta crítica para o ensino da Educação Física, que supera a proposta pedagógica esportivista, criando no aluno o senso crítico e reflexivo a respeito do universo político e social no qual ele está inserido.

Palavras-chave: PTDEM. Educação Física. IFRN. Ensino Médio integrado. Diretrizes Curriculares.

1- Introdução

O presente artigo analisa a Proposta de trabalho para as disciplinas do Ensino Médio (PTDEM) da disciplina Educação Física (EF), documento criado em 2011 para orientar o planejamento individual e localizado de cada campus. O documento PTDEM tem sido considerado um marco para a EF, que dentro da instituição sempre teve seus pressupostos embasados pelo “esporte de competição”, abordagem metodológica de reprodução dos interesses capitalistas.

Constitui-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, orientada pelo que diz GIL (2008, p. 50 e 51) de que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material

já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...] A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença está na natureza da fonte”.

Nesse contexto, investigamos a relação da proposta curricular PTDEM com o PPP (Projeto Político-Pedagógico) do IFRN problematizando a educação, em especial, a EF, no contexto do trabalho e da concepção de formação humana integral. O texto está desenvolvido a partir da questão: O PTDEM está em consonância com os princípios propostos pelo PPP da instituição, pensando nos princípios de formação humana integral e trabalho como princípio educativo?

Para tanto, dividimos o trabalho em quatro partes. Na primeira parte fazemos uma explanação da história da Educação Física no cenário da educação brasileira. Na segunda parte, apresentamos o percurso histórico do IFRN e as reformas da educação profissional impulsionadas pelas transformações no mundo do trabalho, apresentamos também, no contexto atual, o seu compromisso social e de formação humana integral. Na terceira seção discutimos ainda a identidade da Educação Física dentro do contexto histórico da instituição até chegar aos dias atuais, com a criação do PTDEM da Educação Física, que traz em seu discurso a superação da perspectiva esportivista, que sempre esteve atrelada à Educação Física da instituição. Na quarta e última parte apresentamos as considerações resultantes da investigação.

2 – Concepções históricas da Educação Física no contexto da Educação brasileira

A Educação Física, no contexto da Educação Brasileira, vem, desde a sua inserção, sofrendo inúmeras transformações tanto em suas Abordagens Pedagógicas e Metodológicas, quanto em seu Currículo. Essas transformações acompanham as mudanças ocorridas no cenário político, econômico e social do país, sobre isto, o Coletivo de Autores (1992, p. 50) reforça que: “Sendo a Educação Física uma prática pedagógica, podemos afirmar que ela surge de necessidades sociais concretas que, identificadas em diferentes momentos históricos, dão origem a diferentes entendimentos do que dela conhecemos.”

No século XIX, a Educação Física, com o nome de Ginástica, passou a ser obrigatória nas escolas da Corte, a partir da Reforma Couto Ferraz (em 1851), e sob influência da classe médica e militar, tendo pressupostos higienistas, de eugenia e de promoção da saúde.

Na década de 1930, persistindo as concepções militaristas e higienistas, o país passou por mudanças estruturais na economia: o processo de industrialização e

urbanização, além do estabelecimento do Estado Novo, fez a Educação Física ganhar novas atribuições, como contribuir com o fortalecimento físico do trabalhador, a fim de melhorar a sua capacidade produtiva e, através do adestramento físico, desenvolver o espírito de cooperação em prol da coletividade, elementos incorporados ao modo de produção capitalista.

Ainda dentro desse contexto, a Constituição de 1937 instituía ao Estado a responsabilidade para com o ensino profissional, complementada mais tarde através da Reforma Capanema, que tornava a Educação Física obrigatória nas escolas para alunos até 21 anos de idade, de modo a atender o que regia os artigos 131 e 132 da Constituição da época, que se referiam ao adestramento físico e de seus deveres com a economia:

Art. 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Art. 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação. (Constituição Federal, 1937)

O ensino de Educação Física foi contemplado na primeira Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº4.024 de 20 de dezembro de 1961, no artigo 22, que determinava a obrigatoriedade de sua presença no Ensino primário e no secundário. Esse foi o período de inserção do Esporte dentro dos conteúdos da Educação Física, em que até então eram privilegiados apenas a Ginástica e os exercícios calistênicos, mantendo os mesmos pressupostos de fortalecimento físico e adestramento, sob a ideologia orgânica do Capitalismo:

Os motivos justificadores do tratamento por ela recebido, já estavam presentes há três décadas. Basicamente, centravam-se no processo de industrialização do modelo econômico brasileiro, em substituição ao agrário de índole comercial-exportadora implementado nos anos 30, e apoiavam-se na necessidade da *capacitação física* do trabalhador ao lado daquela de natureza técnica. A necessidade do *adestramento físico* —era esse o termo utilizado pela *Carta Magna do Estado Novo* 151 — estava associada à formatação de um corpo produtivo, portanto forte e saudável, que fosse ao mesmo tempo dócil o bastante para submeter-se à lógica do trabalho fabril sem questioná-la, portanto obediente e disciplinado nos padrões hierárquicos da instituição militar. (CASTELLANI FILHO, 1999, p.96).

A partir de 1967, a educação de um modo geral, passa a ter seu ensino voltado para o desenvolvimento de mão-de-obra qualificada, sob influência da tendência

tecnicista e mais adiante com o decreto nº. 69.450, de 1971, que considerava a Educação Física como “atividade que deveria promover meios, técnicas e processos para o desenvolvimento das forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais dos alunos, e isso deveria acontecer tendo a esportivização como eixo fundamental dos conteúdos. (PCN, 2001).

Além dos interesses com a aptidão física, outro destaque importante é o interesse do governo brasileiro da época, que investiu na Educação Física com diretrizes voltadas para o nacionalismo, utilizando o esporte como meio para mostrar desenvolvimento e progresso.

No entanto, nas décadas seguintes, em especial a partir da segunda metade dos anos 1980, o discurso progressista não se concretizou e o país não se tornou uma potência olímpica nos esportes. Essa constatação gerou uma profunda “crise de identidade na Educação Física”, que envolvia seus pressupostos políticos-pedagógicos, metodológicos, em seus currículos escolares e de formação docente. Esse é considerado um momento importante de transição nos princípios pedagógicos da disciplina, emergindo a partir de inúmeras discussões, das criações dos primeiros cursos de pós-graduações em Educação Física e produções acadêmicas na área, as chamadas abordagens pedagógicas renovadas e críticas, como por exemplo a “pedagogia emergente” Crítico-Superadora, apresentada pelo Coletivo de Autores (1992), que propõe um Currículo contra hegemônico ao modelo político, intelectual e moral disseminado pela classe proprietária.

Algumas das principais abordagens pedagógicas que emergiram a partir de então foram a Abordagem desenvolvimentista; a Abordagem Construtivista; a Abordagem Crítico-Superadora; a Abordagem Crítico Emancipatória; a Abordagem da Concepção de aulas-abertas, entre outras.

Sob o ponto de vista legal, a partir da LDBEN 9.394/96, a Educação Física constitui-se como componente curricular obrigatório devendo integrar a proposta pedagógica da escola em toda a Educação Básica, conforme especifica o artigo 26, § 3º da referida lei:

A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, sendo sua prática facultativa ao aluno que: I – Cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática de educação física; IV – que tenha prole.

Apesar dos espaços conquistados pela área, compreendemos que ainda são encontradas muitas contradições e incoerências no tratamento à EF. Facultar a EF a determinados grupos, por exemplo, leva a um conflito com os objetivos da EF, já que as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), sugerem que esta garanta:

[...]Acúmulo cultural no que tange à oportunidade de vivência das práticas corporais; Participação efetiva no mundo do trabalho no que se refere à compreensão do papel do corpo no mundo da produção, no que tange ao controle sobre o próprio esforço e do direito ao repouso e ao lazer; Iniciativa pessoal nas articulações coletivas relativas às práticas corporais comunitárias; Iniciativa pessoal para criar, planejar ou buscar orientação para suas próprias práticas corporais; Intervenção política sobre as iniciativas públicas de esporte, lazer e organização da comunidade nas manifestações, vivência e na produção de cultura. (BRASIL, 2006 p.225).

A função da Educação Física no ensino passou pelos diversos momentos do percurso histórico da educação do país, atrelada como já dito anteriormente, aos discursos políticos e ideológicos da classe dominante hegemônica desde o século XIX. A partir de 1990, com uma conjectura política de redemocratização da sociedade brasileira, a EF, num contexto emancipatório, vive um momento de travessia na sua prática pedagógica na escola. Sobre isso, Fensterseifer e Silva (2011, p.120) afirmam:

Tal transição poderia ser caracterizada como um movimento de aproximação dessa área com os propósitos da escola, ou seja, a Educação Física escolar estaria buscando elementos para construir uma prática pedagógica não mais centrada no exercitar-se, mas na aquisição de novos conhecimentos relacionados às manifestações da Cultura Corporal.

A Educação Física nesse contexto tenta assumir papéis que correspondam ao novo tipo de homem que se pretende formar, crítico e capaz de intervir na sociedade na qual está inserido, essa é a utopia perseguida.

3 – Percurso histórico do IFRN - Transformações no mundo do trabalho e as Reformas na Educação Profissional

Dentro dos contextos históricos do IFRN, podemos considerar uma linha histórica que vai desde 1909, com a Escola de Aprendizes Artífices, uma das pioneiras no Brasil, aos dias atuais, com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com vinte e um *campi* espalhados por todo o Estado. O quadro abaixo, apresenta uma linha histórica da instituição e suas mudanças ao longo desses mais de 100 anos de existência.

Quadro 1. Cronologia do IFRN-Da Escola de Artífices aos dias atuais

NOME	DATA DE CRIAÇÃO E LEI, DECRETO OU PORTARIA MINISTERIAL	ABRANGÊNCIA DA OFERTA	CENÁRIO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
Escola de Aprendizizes Artífices	Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909	Curso primário de desenho e oficinas de trabalhos manuais	Até os anos 1930, o segmento institucional de ensino representa a redenção dos males da sociedade, com o objetivo de preparar profissionalmente os excluídos, desvalidos e operários artífices. O ensino era predominantemente manufatureiro-artesanal.
Liceu Industrial de Natal	Lei 378, de 13 de janeiro de 1937 do Ministério da Educação e Saúde	Oficinas de desenho, sapataria, funilaria, marcenaria e alfaiataria.	Entre os anos 1930 e 1950, as mudanças decorrentes do processo de industrialização no Brasil promovem uma articulação entre as estruturas socioeconômicas e da ordem político-jurídicas de forma que o ensino industrial compreende a preparação profissional da “mão-de-obra” capaz de suprir a demanda do processo de industrialização.
Escola Industrial de Natal - EIN (1ª fase)	Em 1942, após promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (4.073 de 30 de janeiro de 1942)	Oficinas transformadas em cursos básicos de primeiro ciclo, organizados em 4 seções: Trabalhos de Metal, Indústria Mecânica, Eletrotécnica e Artes Industriais.	
Escola Industrial de Natal – EIN (2ª fase), posteriormente com o nome de Escola Industrial Federal de Natal (EIFRN)	Em 16 de fevereiro de 1959, pela Lei Federal 3.552 transforma a instituição em Autarquia, dando autonomia financeira, didática e administrativa.	Oferta de cursos técnicos de nível médio: Mineração e Estradas, com equivalência ao ensino de 2º grau.	
Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN)	Impetrada pela Portaria Ministerial 331, de 16 de junho de 1968.	Extinção dos cursos industriais básicos, ofertando apenas o ensino profissional de nível técnico, com abrangência de segundo grau.	Dos anos 1960 aos 1980, diante de enormes contradições que envolvem esse período, decorrentes das transformações ocorridas na sociedade em todos os aspectos, na educação, com a lei 5.692/1971 e, em especial na história da instituição podemos destacar: “[...] em função de suas condições diferenciadas, na maioria dos casos não mantiveram seus currículos nos limites restritos de instrumentalidade para o mundo do trabalho, estabelecidos pela Lei nº. 5.692/1971. ” (CAMELO e MOURA, 2010 p.88)
Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN)	Em 18 de janeiro de 1999 passou-se a se chamar CEFET, sob as orientações do decreto 2.208/97 de separação entre a educação	Oferta de cursos de formação profissional em níveis básico, técnico e tecnológico	Nos anos 1990, em transição de ETFRN para CEFET, a instituição reformula seu Currículo e prioriza a perspectiva de formação integral, que infelizmente durou pouco tempo, sendo substituído sob força do Decreto 2.208/1997, separando OBRIGATORIAMENTE, o ensino médio e a educação profissional. Essa reforma,

	profissional e o propedêutico.		financiada pelo PROEP*, tinha como objetivo submeter a educação à lógica do mercado, embalado pelas políticas neoliberais dos “anos 90”.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN)	A partir da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.	Transformação em instituição pluricurricular e multicâmpus, de educação superior, básica e profissional, que, desde 2004, já havia voltado a oferecer o Ensino médio integrado, além do subsequente (decreto 5.154/04)	A partir de 2004, sob o Decreto 5.154/04, a instituição passa por nova reestruturação, possibilitando a integração entre ensino médio e educação profissional e em 29 de dezembro de 2008, com a nova institucionalidade concedida ao IFRN, tornando-a apta a “[...] rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade” (PPP 2012, p.33)

Fonte: Projeto Político-Pedagógico do IFRN: documento base (2012); CAMELO e MOURA, 2010 in PEGADO 2010 (Org). Elaborado pelas autoras deste trabalho (2017).

O quadro 1 nos apresenta uma linha cronológica pela qual a instituição passou até os dias de hoje, compreendendo que essas transformações acompanharam (e acompanham) as transformações ocorridas no mundo do trabalho e na economia, compreendida através das relações estabelecidas entre educação e mercado econômico, conforme Frigotto:

Entretanto, à medida que a relação mediata entre educação e estrutura econômico-social capitalista se efetiva numa sociedade de classes, vai expressando, cada vez mais nitidamente, os interesses antagônicos que estão em jogo. O conflito básico capital-trabalho coexiste em todas as relações sociais e perpassa, portanto, a prática educativa em seu conjunto. A relação de produção e utilização do saber revela-se, então, como uma relação de classes. (FRIGOTTO 1993, p. 25).

Os diferentes caminhos percorridos pela educação profissional do IFRN nos mostram que a educação escolar básica, especialmente aquela que se pretende gratuita, de qualidade e de cunho tecnológico e que tem o trabalho como princípio educativo não se caracteriza como prioridade ao se elaborar um projeto de sociedade no Brasil.

Frigotto (2010, p. 30), ao apresentar uma retrospectiva histórica a respeito dos projetos de sociedade fracassados e interrompidos pelos interesses da classe dominante brasileira, conclui:

Um breve retrospecto histórico nos indica uma trajetória de interrupções dos projetos societários que postulavam as reformas estruturais e os investimentos em educação, ciência e tecnologia, condições necessárias à constituição efetiva de uma nação soberana, mediante ditaduras e golpes.

Destacando a falta de continuidade dos projetos societários, Frigotto analisa o impacto desses projetos inconstantes na educação. Esses alicerces em constante reestruturação sempre estiveram sob a égide dos projetos neoliberais.

A educação nunca foi tida como algo neutro, sempre esteve subordinada às decisões políticas e às especulações do capitalismo. Os projetos educativos são resultado dos jogos de poder presentes no homem. No final do século XX, período já do pós-modernismo, mudança no regime de produção capitalista a educação também sofre mudanças em seu papel. O exemplo disso é a expansão do tecnicismo educativo, ligado aos interesses do capitalismo em formar o “homo Faber”. “Procura-se formar mão-de-obra tecnicizada, abundante e barata e habilitar ou treinar o homo Faber em detrimento do homem integral... Semelhante as fabricas que produzem mercadorias, o sistema educativo deve produzir outra mercadoria denominada “capital humano”. (GAMBOA, 2001. p. 85).

Moura (2013, p.2) nos ajuda a compreender essa perspectiva histórica, quando comenta como a lógica que rege a educação sempre é perpassada pela lógica do capital:

Considera-se que parte da resposta está na própria lógica que orienta o funcionamento da sociedade capitalista neoliberal, a qual não está pensada para todos, mas para a parcela dos incluídos, que é minoria, enquanto a maioria vive à margem do que é produzido pela sociedade e, dessa forma, é alijada de direitos básicos. Ao mesmo tempo, uma pequena minoria se apropria do que produz essa maioria.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2006, p.43) entendem que “o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a ‘travessia’ para uma nova realidade”. Sob essa perspectiva, o IFRN procura atender as demandas dessa sociedade através da oferta do ensino médio integrado, consentido através do Decreto 5.154/04 e posteriormente a partir da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, lei de criação dos Institutos Federais, acompanhada de uma política de expansão da rede por todo o interior do país, que hoje tem como função social, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição:

[...]Ofertar Educação Profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, à transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais. Desse modo, o IFRN contribui para uma formação omnilateral que favorece, nos mais variados âmbitos, o (re) dimensionamento qualitativo das práxis sociais (IFRN, 2012, p.8).

Dentro desse contexto, o PPP do IFRN propõe, através de seu currículo integrado superar a dualidade existente na educação brasileira, através da integração entre o ensino médio e a educação profissional como amparado pela LDBEN (Lei n. 9.394/1996), que em seu artigo 22, esclarece que “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania

e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

A concepção de trabalho abordada pelo PPP da instituição está em acordo com os princípios ontológicos proposto por Marx e que Ciavatta (2005) problematiza como trabalho enquanto princípio de cidadania, de acesso aos benefícios da riqueza social, diferentemente das formas alienantes de trabalho presentes no modo de produção capitalista e a que estão submetidos os trabalhadores.

A respeito disso, o PPP do IFRN prima por compreender o trabalho em seu sentido ontológico, de modo que:

[...]para a educação profissional e tecnológica ofertada no IFRN, é imprescindível que o conteúdo acadêmico curricular esteja associado e integrado à temática *trabalho* na perspectiva de formação humana integral, constituindo-se nos fundamentos das ações da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia. (BRASIL, 2012, p.51)

E, nesse contexto, a educação deve garantir o desenvolvimento integral dos indivíduos, devendo direcionar-se para o pleno desenvolvimento de uma identidade emancipatória alicerçada nas ideias de trabalho como princípio educativo.

Nesse sentido, Ciavatta (2005), compreende o currículo integrado enquanto formação geral, que agrega as necessidades de formação do homem para o trabalho, possibilitando ao indivíduo uma leitura crítica do mundo permitindo-lhe atuar com emancipação.

3.1 - Educação Física (EF) no contexto da Educação Profissional – Da Escola de artífices ao IFRN

No contexto da EF na história da instituição, considerando os movimentos contraditórios de projeto social que marcaram a instituição, podemos demarcar 3 momentos importantes a partir do trabalho de Souza Filho (2011):

1 – Até meados dos anos 1960, da Escola de Artífices à Escola Industrial de Natal (EIN), prevaleceu o modelo calistênico: “A EF desenvolvida na EIN contextualizava-se com os objetivos do modelo de educação profissional que sempre esteve associada aos princípios da instrumentalização do ensino técnico. [...]. Esse perfil ginástico desportivo permaneceu como modelo até meados dos anos 60”. (SOUZA FILHO, 2011, p. 47 e 48)

2 – A partir da metade dos anos 1960, desenvolve-se o segundo momento de ensino da EF na instituição, período também de outras mudanças na instituição, que passa de Escola Industrial de Natal para Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN). Desenvolve-se a supremacia de “esporte competição”, tendo destaque os jogos internos e a participação em eventos esportivos em nível regional. Nesse sentido, o

conteúdo Esporte competitivo passa a ser o foco da dimensão pedagógica no ensino da EF na ETFRN, perdurando até meados dos anos 90, quando se inicia o terceiro momento da EF na instituição.

Ainda sobre o período em que o esporte competitivo dominou o cenário curricular na instituição, Souza Filho (2011, p. 51) comenta, com foco nos anos 1970: “A Educação Física se confundia com o esporte e passava a ser determinada pela ação prática esportiva no ambiente educacional. A conjuntura do ensino técnico tinha como prioridade os objetivos educacionais de formação profissional nas escolas técnicas de todo o país”.

3 – A partir dos anos 1990, a EF na instituição começa a sofrer mudanças em seu quadro docente, impulsionada pela aposentadoria de docentes e a entrada de novos professores. Imbuídos de novas concepções para a EF escolar, especialmente pelas abordagens críticas, esses novos professores começaram a questionar a identidade da EF no cenário escolar e o seu papel nos objetivos institucionais de formar não só o técnico, mas o cidadão reflexivo, que intervém na sociedade com uma postura também crítica. As novas perspectivas dividiram o grupo de docentes na instituição, um grupo autodenominado prático (que defendia o Esporte como conteúdo exclusivo para a EF) e um grupo denominado teórico, que defendia, além do esporte, outras possibilidades de conteúdos, como: ginástica, dança, lutas, lazer, jogos, etc.

A partir de 2004, sob o Decreto 5.154/04, a instituição passa por nova reestruturação, possibilitando a integração entre ensino médio e educação profissional e em 29 de dezembro de 2008, com a nova institucionalidade concedida ao IFRN, tornando-a apta a “[...] rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade” (PPP 2012, p.33), acompanhada da política de expansão da rede em todo o país.

Em seis anos, o número de *Campi* no Estado do Rio Grande do Norte aumentou de dois para vinte e um, distribuídos na grande Natal e em todas as regiões do interior do Estado. Com esse processo de expansão, a instituição precisou contratar em torno de 30 professores, em caráter efetivo, para lecionar a disciplina Educação Física. Atualmente cada *campus*, fruto da expansão, tem dois professores de Educação Física, exceção para os Campi de Parelhas e Lajes que possuem apenas um, somando na instituição uma média de 53 professores na disciplina.

4 – O PTDEM – Perspectivas didático-metodológicas para a EF na instituição

O período posterior a esses embates, especialmente os períodos de expansão da rede, a partir dos anos 2000; a constante entrada de novos docentes na instituição; os

novos dimensionamentos do projeto político-pedagógico (PPP), a partir de 2009, veio a criação do PTDEM, em 2011, com objetivo de, entre outras coisas, alinhar o trabalho da EF na instituição, trazem uma nova configuração para a área. Sobre o PTDEM:

[...]constituem-se como referenciais organizadores das disciplinas do ensino médio integrado, configurando-se, assim, em um planejamento macroinstitucional para a implementação e o desenvolvimento curricular dos Cursos Técnicos Integrados. Além disso, possibilitam a (re) elaboração de projetos educativos, a sistematização de novas propostas pedagógicas e a pesquisa reflexiva sobre a prática. Trata-se de um registro histórico da cultura acadêmica no IFRN. (PTDEM, 2011, p.2).

O PTDEM é um documento que pretende ser base para o planejamento individual de cada campus e componente curricular, abrange as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Arte, Educação Física, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Matemática, Química, Física, Biologia e Informática. De modo a orientar o planejamento de cada disciplina com vistas à formação omnilateral: “[...]. Assim, viabiliza-se a busca por novas utopias associadas à formação humana integral.” (PTDEM, 2011, p.3).

O PTDEM da disciplina de Educação Física, objeto de estudo deste trabalho, é fruto de uma ação coletiva de alguns professores de Educação Física que compõem o quadro efetivo da instituição. O documento foi elaborado no ano de 2011, período em que a instituição tinha 16 dos atuais 21 *campi*. É considerado, para a área, um grande marco, haja vista as abordagens pedagógicas estarem ancoradas nas pedagogias críticas, já que no IFRN a Educação Física teve a sua história ligada à esporte competição em diversas fases pelas quais passou a instituição.

Todo o documento possui 26 páginas, nele são apresentadas as concepções Teóricas da EF, onde contextualiza a EF na Educação Básica do país e o PPP da instituição; as proposições metodológicas, a partir das teorias críticas; os conteúdos metodológicos, dividido em dois blocos para o Ensino Médio Integrado: Conteúdos para o primeiro ano e segundo ano, já que a EF na instituição é oferecida nesses dois anos de ensino.

O PTDEM apresenta também os conteúdos destinados a disciplina Qualidade de vida e trabalho, que embora não seja discutida nesse trabalho, está contemplada no documento.

Os pressupostos teóricos metodológicos estão amparados a partir das abordagens pedagógicas:

- Crítico-emancipatória – Defende a ideia de que a Educação Física deve proporcionar reflexão da realidade sócio-política, com vistas à emancipação enquanto sujeito social. (KUNZ, 1994);
- Crítico-Superadora – A abordagem considera os conhecimentos prévios do aluno, que envolvem o contexto social no qual ele está inserido, a partir da leitura da realidade, cabendo à escola o trato didático-pedagógico. (COLETIVO DE AUTORES, 1993)
- Concepção de Aulas Abertas – Tem como objetivo a construção do conhecimento em conjunto com o aluno, desde a seleção de conteúdos, planejamento e vivência das atividades. (HILDEBRANDT & LAGING, 1986).

O documento, ao unir essas diversas abordagens, propõe:

[...]. Pelo exposto, compreende-se que a metodologia para o ensino da Educação Física escolar deve caracterizar-se pelo processo de elaboração conjunta, considerando a estreita relação entre aluno-professor-conhecimento. (PTDEM, 2011.p. 128).

A proposta dos conteúdos está dividida em 3 blocos, divididos por ano de ensino, conforme apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2 – Conteúdos da Educação Física – PTDEM-IFRN.

CONTEÚDOS PARA O 1º ANO	1. A CULTURA DE MOVIMENTO. 1.1 Conceitos e definições do movimento humano. 1.2 Contexto atual da Educação Física escolar no ensino médio.
	2. O JOGO. 2.1. Conceitos 2.2 Tipos e aplicações. 2.3 Criações e ressignificação dos jogos. 2.4 Brinquedos e brincadeiras populares.
	3. A GINÁSTICA 3.1 Origem e evolução do exercício físico. 3.2 Conceito e tipos de exercícios físicos. 3.3 Exercícios físicos e saúde. 3.4 Aspectos biológicos, culturais e sociais do corpo.
CONTEÚDOS PARA O 2º ANO	1. O ESPORTE: 1.1 Histórico e Evolução do esporte. 1.2 Tipos de esportes. 1.3 Fundamentos Técnicos e Táticos. 1.4 O esporte e a mídia. 1.5 Os investimentos e a tecnologia no esporte. 1.6 O doping no esporte. 1.7 O uso político e econômico do esporte. 1.8 O trabalho no esporte.
	2. AS LUTAS. 2.1 Aspectos históricos e socioculturais das lutas. 2.2 Movimentos básicos. 2.3 Sentidos e significados filosóficos das lutas.

	<p>3. AS DANÇAS.</p> <p>3.1 História das danças.</p> <p>3.2 Tipos de dança.</p> <p>3.3 Manifestações culturais da Dança.</p> <p>3.4 Dança e consciência corporal.</p>
--	--

Fonte: PTDEM – Educação Física (2011). Elaborado pelas autoras deste trabalho (2017).

Conforme demonstra o Quadro 2, a proposta do PTDEM, abrange várias práticas de ensino da EF, compreendendo não apenas os aspectos práticos, mas os aspectos teóricos e críticos da área.

A divisão por blocos de conteúdos sugere uma “espiralidade”, partindo dos conhecimentos mais gerais, das experiências dos alunos em seu dia-dia para a exploração e vivência dos conteúdos universalmente construídos, da cultura nacional e internacional, de modo a possibilitar aos alunos as vivências e construção de repertórios além dos que estes já possuem.

O documento preconiza que a Disciplina deve, ao final de seu percurso no Ensino médio Integrado proporcionar aos alunos conhecimentos que o permitam vivenciar diferentes práticas oriundas da cultura corporal de movimento, como o esporte, jogos, lazer e atividades rítmicas e expressivas, da ginástica, das lutas, das práticas corporais alternativas e em contato com a natureza, sendo capaz de emitir opinião crítica sobre elas e de gerenciar de forma autônoma as atividades mais adequadas às suas condições de prática e de expressão corporal.

O PTDEM de Educação Física (2011, p.7) considera que “Sistematizar uma proposta unificadora para a Educação Física escolar no IFRN justifica-se ainda pelo contexto de reformulação curricular vivenciado atualmente pelo IFRN, particularmente, no que diz respeito às reflexões coletivas que objetivam a reconstrução/revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP)”.

Em Batista et al (2016), encontramos relatos de experiência de quatorze professores de EF do IFRN. O livro é fruto de um encontro entre professores da área ocorrido em 2016 no campus Parnamirim do IFRN, desse encontro nasceu o livro que apresenta relatos de experiência compartilhados no evento, é a primeira publicação a apresentar as experiências vivenciadas no dia-dia do fazer docente dos professores da instituição, por isso, consideramos uma relevante fonte a ser explorada.

Diante do que foi exposto e do que propõe o Projeto de Trabalho da Disciplina do Ensino Médio (PTDEM – Educação Física) do IFRN, consideramos relevante apostar em diferentes práticas corporais como subsídio para ampliação da compreensão de corpo presente no imaginário dos alunos e proveniente dos seus conhecimentos prévios e, também, como forma de discutir o conceito de cultura de movimento, a

partir de uma perspectiva crítica, criativa e relacionando-a a diversas maneiras de se movimentar. (SILVA e SILVA in BATISTA et al 2016, P. 139)

5 – Considerações Finais

Ao conjugar o que rege o PPP da instituição, sua função social, o princípio de formação humana integral, os pressupostos que embasaram a construção da Proposta de Trabalho para a disciplina de Educação Física no Ensino Médio Integrado e os relatos de experiências aqui mostrados, entendemos que estes encontram-se alinhados sob um mesmo discurso, de promover uma educação gratuita de qualidade, de modo a possibilitar aqueles que ali estão inseridos a possibilidade de continuar os estudos no ensino superior ou de ingressar no mundo do trabalho.

Em especial, no contexto da EF, a partir das reflexões geradas pelas mudanças no cenário institucional ocorridas nas últimas décadas, compreendemos que a EF tem procurado alcançar o desenvolvimento crítico e reflexivo do aluno a respeito do universo político, social e cultural no qual ele está inserido.

Entendemos ainda que o documento foi criado com o objetivo de alinhar a prática docente ao discurso instituído pelo PPP, configurando uma identidade para a Disciplina Educação Física no Ensino Médio integrado voltada para o discurso de a formação omnilateral.

Considerando a importância do documento para toda a comunidade escolar do IFRN, como proposta de aprofundamento futuro das discussões, pretende-se pesquisar se o PTDEM continua sendo relevante para os professores de EF da instituição e se esses tem usado o documento com o propósito para o qual ele foi criado, servir de base para estruturação dos conteúdos e metodologias nas aulas de Educação Física do IFRN.

6 – Referências

BATISTA, Alison Pereira Et al. **Educação Física no IFRN: compartilhando saberes e experiências**. Natal: Editora do IFRN, 2016.

BRASIL. Constituição de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm acesso em 31/08/2017 as 18:52.

_____. **DECRETO nº. 69.450, 01 de novembro de 1971**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm. Acesso em 31/08/2017.

_____. **DECRETO nº 5.154, de 23 julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em 31 de agosto de 2017.

- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. MEC: Brasília, 1961. Em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-actualizada-pl.pdf> Acesso em 31/08/2017 as 09:40.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. MEC: Brasília, 1996.
- _____. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. In: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 2008, Brasília; DF.
- _____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM)**, volume 1. Linguagens, códigos e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série)**: Educação Física, Vol. 7. Ed. Brasília: A Secretaria, 2001.
- CAMELO, Gerda Lúcia Pinheiro; MOURA, Dante Henrique Moura. Interfaces legais, políticas, pedagógicas e administrativas na trajetória do CEFET-RN. In: PEGADO, Erika Araújo da Cunha. (Org). **Trajetória do CEFET-RN: Do início do século 20 ao alvorecer do século 21**. 2ª ed. Natal: IFRN, 2010.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **A Educação Física no sistema educacional Brasileiro: Percurso, paradoxos e perspectivas**. Tese (Doutoramento). Campinas, SP, 1999.
- CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Org.) **Ensino Médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo, Cortez: 1992
- FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo; SILVA, Marlon André. Ensaiando o “novo” em educação física escolar: a perspectiva de seus atores. **Revista Brasileira de ciências do esporte. Florianópolis**, SC, v.33, n.1, p. 119-134, jan./mar. 2011.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação como capital humano: uma teoria mantenedora do senso comum**. In: A produtividade da escola improdutiva. São Paulo. Cortez. 4. ed.1993 (p.35-68).
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia. **Ministério da Educação**. Programa Salto para o Futuro. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Boletim 07. Maio/Junho, 2006.
- FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Orgs). **Ensino Médio Integrado. Concepção e Contradições**. São Paulo, SP: Cortez, 2006.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica *in* MOLL, Jaqueline et. al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- GAMBOA, Sílvia Sánchez. A globalização e os desafios da Educação no limiar do novo século. *In*: LOMBARDI, José Claudinei. (Org.). **Globalização, Pós-modernidade e Educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Associados, 2001.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HILDEBRANDT, R. **Concepções abertas no Ensino da Educação Física**. Rio de Janeiro. Ao Livro técnico, 1986
- IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva**. Aprovado pela resolução 38/2012-CONSUP/IFRN, de 26/03/2012. Natal, RN 2012.
- _____. **Proposta de Trabalho das Disciplinas nos cursos técnicos de Nível Médio Integrado Regular e na Modalidade EJA**. Natal/RN, 2011. Vol. 5

KUNZ, Eleonor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 7ªed., Ijuí: Editora Unijuí, 1994.

MOURA, Dante. **Ensino médio e educação profissional nos anos 2000: movimentos contraditórios**. In: _____ (Org.) **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Porto Alegre: Mercado das letras, 2013 (a ser publicado em 2013).

SILVA. Carlos Educarado Lopes; SILVA. Monique Filgueiras da. Corpo e cultura de movimento: Um olhar sobre as práticas corporais na escola. IN BATISTA, Alison Pereira Et al. **Educação Física no IFRN: compartilhando saberes e experiências**. Natal: Editora do IFRN, 2016

SOUZA FILHO, Moysés de. **A configuração da Educação Física no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN: Contexto e perspectivas atuais**. 2011. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação.